

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO,

# SEMAPI

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

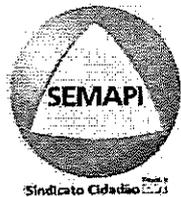
## ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SETOR PRIVADO E SINDAT

Aos dezanove dias do mês de março de dois mil e dezanove, às dezoito horas em primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos em segunda e última chamada, conforme Edital publicado em dezesseis de março de dois mil e dezanove no Jornal Correio do Povo, na página dezanove, reuniu-se a categoria do Setor Privado e do SINDAT, exceto os Empregados da ASCAR-RS, EPTC e EGR, representada pelo SEMAPI, cujos nomes encontram-se apostos na lista de presença, no Auditório do SINDIPOLO, sito à Av. Júlio de Castilho, 596 – 8º andar – centro Histórico, para Assembleia Geral Extraordinária do SEMAPI, com a seguinte **Ordem do Dia**: UM. Discutir e aprovar a pauta de reivindicações relativas à renovação da Convenção Coletiva de trabalho vigente e sua extensão aos novos sindicatos econômicos; DOIS. Autorização à Diretoria deste Sindicato para negociar, assinar Acordo Coletivo e/ou Convenção Coletiva de Trabalho, bem como para formular protesto judicial, instaurar dissídio coletivo e firmar acordo nos respectivos autos; TRÊS. Autorizar e fixar o desconto de taxa assistencial de fortalecimento da Organização Sindical para o Sindicato; QUATRO. Discutir e deliberar sobre as propostas e contrapropostas patronais, bem como sobre as formas de mobilização da categoria e CINCO. Deliberar sobre o eventual descumprimento dos instrumentos coletivos da categoria. Paulo Roberto Pereira Rocha, Diretor do SEMAPI, dá início aos trabalhos com a leitura do edital de convocação aos presentes, após propõe a composição de mesa para realização da assembleia: os Diretores Paulo Roberto Pereira Rocha, presidindo, João Ricardo Garcia Machado e João Gabriel R. Santos, auxiliando, Cláudio Mika, assessoria jurídica, secretariando, a qual foi aprovada por aclamação sem restrições. Uma vez composta a mesa, O presidente colocou em discussão O primeiro item da Ordem do Dia — Discutir e aprovar a pauta de reivindicações relativas à renovação da Convenção Coletiva de trabalho vigente e sua extensão aos novos sindicatos econômicos. Foi apresentada a pauta de reivindicações pelo presidente da mesa e, o Diretor João Ricardo ajudou no esclarecimento de dúvidas apontadas. Após os esclarecimentos foi colocado em votação e aprovado por unanimidade, descrita a seguir: **PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PRIVADO – SESCOB/SINDAT - 2019/2020 - CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE** - As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2019 a 30 de abril de 2020 e a data-base da categoria em 01º de maio. **CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA** - A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de fundações estaduais**, com abrangência territorial em **Aceguá/RS, Água Santa/RS, Agudo/RS, Ajuricaba/RS, Alecrim/RS, Alegrete/RS, Alegria/RS, Almirante Tamandaré Do Sul/RS, Alpestre/RS, Alto Alegre/RS, Alto Feliz/RS, Alvorada/RS, Amaral Ferrador/RS, Ametista Do Sul/RS, Anta Gorda/RS, Arambaré/RS, Araricá/RS, Aratiba/RS, Arroio Do Meio/RS, Arroio Do Padre/RS, Arroio Do Sal/RS, Arroio Do Tigre/RS, Arroio Dos Ratos/RS, Arroio Grande/RS, Arvorezinha/RS, Augusto Pestana/RS, Aurea/RS, Bagé/RS, Balneário Pínhai/RS, Barão De Cotegipe/RS, Barão Do Triunfo/RS, Barão/RS, Barra Do Guarita/RS, Barra Do Quaraí/RS, Barra Do Ribeiro/RS, Barra Do Rio Azul/RS, Barra Funda/RS, Barracão/RS, Barros Cassal/RS, Benjamin Constant Do Sul/RS, Bento Gonçalves/RS, Boa Vista Das Missões/RS, Boa Vista Do Buricá/RS, Boa Vista Do Cadeado/RS, Boa Vista Do Inca/RS, Boa Vista Do Sul/RS, Bom Jesus/RS, Bom Princípio/RS, Bom Progresso/RS, Bom Retiro Do Sul/RS, Boqueirão Do Leão/RS, Bossoroca/RS, Bozano/RS, Braga/RS, Brochier/RS, Butiá/RS, Caçapava Do Sul/RS, Cacequi/RS, Cachoeira Do Sul/RS, Cachoeirinha/RS, Cacique Doble/RS, Caibaté/RS, Caiçara/RS, Camaquã/RS, Camargo/RS, Cambará Do Sul/RS, Campina Das Missões/RS, Campinas Do Sul/RS, Campo Bom/RS, Campo Novo/RS, Campos Borges/RS, Candelária/RS, Cândido Godói/RS, Candiota/RS, Canela/RS, Canguçu/RS, Canoas/RS, Canudos Do Vale/RS, Capão Bonito Do Sul/RS, Capão Da Canoa/RS, Capão Do Cipó/RS, Capão Do Leão/RS, Capela De Santana/RS, Capitão/RS, Capivari Do Sul/RS, Caraá/RS, Carazinho/RS, Carlos Gomes/RS, Casca/RS, Caseiros/RS, Catuípe/RS, Centenário/RS, Cerrito/RS, Cerro Branco/RS, Cerro Grande Do Sul/RS, Cerro Grande/RS, Cerro Largo/RS, Chapada/RS, Charqueadas/RS, Charrua/RS, Chiapetta/RS, Chui/RS, Chuvisca/RS, Cidreira/RS, Ciriaco/RS, Colinas/RS, Colorado/RS, Condor/RS, Constantina/RS, Coqueiro Baixo/RS, Coqueiros Do Sul/RS, Coronel Barros/RS, Coronel Bicaco/RS, Coronel Pilar/RS, Cotiporã/RS, Coxilha/RS, Crissiumal/RS, Cristal Do Sul/RS, Cristal/RS, Cruz Alta/RS, Cruzaltense/RS, Cruzeiro Do Sul/RS, David Canabarro/RS, Derrubadas/RS, Dezesseis De Novembro/RS, Dilermando De Aguiar/RS, Dois Irmãos Das Missões/RS, Dois Irmãos/RS, Dois Lajeados/RS, Dom Feliciano/RS, Dom Pedrito/RS, Dom Pedro De Alcântara/RS, Dona Francisca/RS, Doutor Mauricio Cardoso/RS, Doutor Ricardo/RS, Eldorado Do Sul/RS, Encantado/RS, Encruzilhada Do Sul/RS, Engenho Velho/RS, Entre Rios Do Sul/RS, Entre-Ijuís/RS, Erebangó/RS, Erechim/RS, Ernestina/RS, Erval Grande/RS, Erval Seco/RS, Esmeralda/RS, Esperança Do Sul/RS, Espumoso/RS, Estação/RS, Estância**

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 – FONE/FAX: (51) 3287-7500 – DDG: 0800 51 7406  
PORTO ALEGRE – RS – CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapirs.com.br](mailto:secretaria@semapirs.com.br) / SITE:

<http://www.semapirsindicato.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

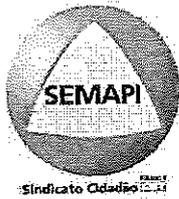
Velha/RS, Esteio/RS, Estrela Velha/RS, Estrela/RS, Eugênio De Castro/RS, Fagundes Varela/RS, Faxinal Do Soturno/RS, Faxinalzinho/RS, Fazenda Vilanova/RS, Feliz/RS, Floriano Peixoto/RS, Fontoura Xavier/RS, Formigueiro/RS, Forquetinha/RS, Fortaleza Dos Valos/RS, Frederico Westphalen/RS, Garruchos/RS, Gaurama/RS, General Câmara/RS, Gentil/RS, Getúlio Vargas/RS, Giruá/RS, Glorinha/RS, Gramado Dos Loureiros/RS, Gramado Xavier/RS, Gramado/RS, Gravataí/RS, Guabiju/RS, Guaíba/RS, Guaporé/RS, Guarani Das Missões/RS, Harmonia/RS, Herval/RS, Herveiras/RS, Horizontina/RS, Hulha Negra/RS, Humaitá/RS, Ibarama/RS, Ibiaçá/RS, Ibiraiaras/RS, Ibirapuitã/RS, Ibirubá/RS, Igrejinha/RS, Ijuí/RS, Ilópolis/RS, Imbé/RS, Imigrante/RS, Independência/RS, Inhacorá/RS, Ipiranga Do Sul/RS, Iraí/RS, Itaara/RS, Itacurubi/RS, Itapuca/RS, Itaquí/RS, Itati/RS, Itatiba Do Sul/RS, Ivorá/RS, Ivoti/RS, Jaboticaba/RS, Jacuizinho/RS, Jacutinga/RS, Jaguarão/RS, Jaguarí/RS, Jaquirana/RS, Jari/RS, Jóia/RS, Júlio De Castilhos/RS, Lagoa Bonita Do Sul/RS, Lagoa Dos Três Cantos/RS, Lagoa Vermelha/RS, Lagoão/RS, Lajeado Do Bugre/RS, Lajeado/RS, Lavras Do Sul/RS, Liberato Salzano/RS, Lindolfo Collor/RS, Linha Nova/RS, Maçambará/RS, Machadinho/RS, Mampituba/RS, Manoel Viana/RS, Maquiné/RS, Maratá/RS, Marau/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariana Pimentel/RS, Mariano Moro/RS, Marques De Souza/RS, Mata/RS, Mato Castelhana/RS, Mato Leitão/RS, Mato Queimado/RS, Maximiliano De Almeida/RS, Minas Do Leão/RS, Miraguaí/RS, Montauri/RS, Monte Belo Do Sul/RS, Montenegro/RS, Mormaço/RS, Morrinhos Do Sul/RS, Morro Redondo/RS, Morro Reuter/RS, Mostardas/RS, Muçum/RS, Muitos Capões/RS, Multiterno/RS, Não-Me-Toque/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Boa Vista/RS, Nova Brésia/RS, Nova Candelária/RS, Nova Esperança Do Sul/RS, Nova Hartz/RS, Nova Palma/RS, Nova Petrópolis/RS, Nova Prata/RS, Nova Ramada/RS, Nova Santa Rita/RS, Novo Barreiro/RS, Novo Cabrais/RS, Novo Hamburgo/RS, Novo Machado/RS, Novo Tiradentes/RS, Novo Xingu/RS, Osório/RS, Paim Filho/RS, Palmares Do Sul/RS, Palmeira Das Missões/RS, Palmitinho/RS, Panambi/RS, Pantano Grande/RS, Parai/RS, Paraíso Do Sul/RS, Pareci Novo/RS, Parobé/RS, Passa Sete/RS, Passo Do Sobrado/RS, Passo Fundo/RS, Paulo Bento/RS, Paverama/RS, Pedras Altas/RS, Pedro Osório/RS, Pejuçara/RS, Pelotas/RS, Pícada Café/RS, Pinhal Da Serra/RS, Pinhal Grande/RS, Pinhal/RS, Pinheirinho Do Vale/RS, Pinheiro Machado/RS, Pinto Bandeira/RS, Pirapó/RS, Piratini/RS, Planalto/RS, Poço Das Antas/RS, Pontão/RS, Ponte Preta/RS, Portão/RS, Porto Alegre/RS, Porto Lucena/RS, Porto Mauá/RS, Porto Vera Cruz/RS, Porto Xavier/RS, Pouso Novo/RS, Presidente Lucena/RS, Progresso/RS, Putinga/RS, Quarai/RS, Quatro Irmãos/RS, Quevedos/RS, Quinze De Novembro/RS, Redentora/RS, Relvado/RS, Restinga Sêca/RS, Rio Dos Índios/RS, Rio Grande/RS, Rio Pardo/RS, Riozinho/RS, Roca Sales/RS, Rodeio Bonito/RS, Rolador/RS, Rolante/RS, Ronda Alta/RS, Rondinha/RS, Roque Gonzales/RS, Rosário Do Sul/RS, Sagrada Família/RS, Saldanha Marinho/RS, Salto Do Jacuí/RS, Salvador Das Missões/RS, Salvador Do Sul/RS, Sananduva/RS, Santa Bárbara Do Sul/RS, Santa Cecília Do Sul/RS, Santa Clara Do Sul/RS, Santa Cruz Do Sul/RS, Santa Margarida Do Sul/RS, Santa Maria Do Herval/RS, Santa Maria/RS, Santa Rosa/RS, Santa Tereza/RS, Santa Vitória Do Palmar/RS, Santana Da Boa Vista/RS, Santana do Livramento/RS, Santiago/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio Da Patrulha/RS, Santo Antônio Das Missões/RS, Santo Antônio Do Palma/RS, Santo Antônio Do Planalto/RS, Santo Augusto/RS, Santo Cristo/RS, Santo Expedito Do Sul/RS, São Borja/RS, São Domingos Do Sul/RS, São Francisco De Assis/RS, São Francisco De Paula/RS, São Gabriel/RS, São Jerônimo/RS, São João Da Urtiga/RS, São João Do Polêsine/RS, São Jorge/RS, São José Das Missões/RS, São José Do Herval/RS, São José Do Hortêncio/RS, São José Do Inhacorá/RS, São José Do Norte/RS, São José Do Ouro/RS, São José Do Sul/RS, São José Dos Ausentes/RS, São Leopoldo/RS, São Lourenço Do Sul/RS, São Luiz Gonzaga/RS, São Martinho Da Serra/RS, São Martinho/RS, São Miguel Das Missões/RS, São Nicolau/RS, São Paulo Das Missões/RS, São Pedro Da Serra/RS, São Pedro Das Missões/RS, São Pedro Do Butiá/RS, São Pedro Do Sul/RS, São Sebastião Do Cai/RS, São Sepé/RS, São Valentim Do Sul/RS, São Valentim/RS, São Valério Do Sul/RS, São Vendelino/RS, São Vicente Do Sul/RS, Sapiranga/RS, Sapucaia Do Sul/RS, Sarandi/RS, Seberí/RS, Sede Nova/RS, Segredo/RS, Selbach/RS, Senador Salgado Filho/RS, Sentinela Do Sul/RS, Serafina Corrêa/RS, Sêrio/RS, Sertão Santana/RS, Sertão/RS, Sete De Setembro/RS, Severiano De Almeida/RS, Silveira Martins/RS, Sinimbu/RS, Sobradinho/RS, Soledade/RS, Tabaí/RS, Tapejara/RS, Tapera/RS, Tapes/RS, Taquara/RS, Taquari/RS, Taquaruçu Do Sul/RS, Tavares/RS, Tenente Portela/RS, Terra De Areia/RS, Teutônia/RS, Tio Hugo/RS, Tiradentes Do Sul/RS, Toropi/RS, Torres/RS, Tramandaí/RS, Traveseiro/RS, Três Arroios/RS, Três Cachoeiras/RS, Três Coroas/RS, Três De Maio/RS, Três Forquilhas/RS, Três Palmeiras/RS, Três Passos/RS, Trindade Do Sul/RS, Triunfo/RS, Tucunduva/RS, Tunas/RS, Tupanci Do Sul/RS, Tupanciretã/RS, Tupandi/RS, Tuparendi/RS, Turuçu/RS, Ubiretama/RS,

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.rs.gov.br](mailto:secretaria@semapi.rs.gov.br) / SITE:

<http://www.semapi.org.br>

FILIADO À CUT/ CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

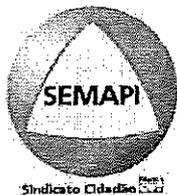
União Da Serra/RS, Unistalda/RS, Uruguaiana/RS, Vacaria/RS, Vale Do Sol/RS, Vale Real/RS, Vale Verde/RS, Vanini/RS, Venâncio Aires/RS, Vera Cruz/RS, Veranópolis/RS, Vespasiano Corrêa/RS, Viadutos/RS, Viamão/RS, Vicente Dutra/RS, Victor Graeff/RS, Vila Flores/RS, Vila Lângaro/RS, Vila Maria/RS, Vila Nova Do Sul/RS, Vista Alegre Do Prata/RS, Vista Alegre/RS, Vista Gaúcha/RS, Vitória Das Missões/RS, Westfália/RS e Xangri-Lá/RS. Salários, Reajustes e Pagamento - Piso Salarial - **CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS [INPC DO PERÍODO + 5%]** 1) A partir de 1º de maio de 2019, ficam instituídos os seguintes pisos salariais para os empregados com jornada de 220 horas mensais que atuam em empresas privadas: I - Empregados em Geral: a) Office-boy, ocupados em serviços de limpeza (Copeiro, faxineiro, limpador, auxiliar de limpeza, sergente de limpeza) e jovens aprendizes: R\$ 1.051,00 (um mil e cinquenta e um reais); b) Que percebam salário fixo, dentre eles os empregados de empresas prestadoras de serviço que exerçam suas atividades na sede de empresa tomadora de serviços, inclusive os que prestam serviços de portaria e de digitação, empregados em empresas de cobrança de pedágio e empregados em recuperadoras de crédito: R\$ 1.105,00 (um mil cento e cinco reais); e c) Empregados que percebam salário misto ou comissões: R\$ 1.228,00 (um mil duzentos e vinte e oito reais). II - Empregados de empresas prestadoras de serviços e que exerçam suas atividades na sede de empresa comercial varejista (tomadora de serviço) nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Alvorada, Cachoeirinha e Nova Santa Rita: a) Office-boy, ocupados em serviços de limpeza e jovens aprendizes: R\$ 1.051,00 (um mil e cinquenta e um reais); b) Que percebam salário fixo, inclusive para aqueles que desempenham a função de digitador: R\$ 1.158,00 (um mil cento e cinquenta e oito reais); e c) Que percebam salário misto ou comissões, inclusive para os empregados agentes de segurança em empresas de tele. alarme: R\$ 1.282,00 (um mil duzentos e oitenta e dois reais). **Reajustes/Correções Salariais - CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL [INPC DO PERÍODO + 5%]** - 1) A partir de 1º de maio de 2019, os empregados de empresas privadas, representados pela entidade acordante, serão reajustados pelo percentual de 100% pelo índice de variação do INPC/IBGE, no período de maio de 2018 a abril de 2019. O percentual incidirá sobre os salários de maio de 2018. **Parágrafo Primeiro: Na mesma oportunidade, os salários resultantes do caput serão, ainda, reajustados em percentual igual a 5,0%, a título de ganho real.** **Parágrafo Segundo:** O reajuste salarial previsto no "caput" desta cláusula incidirá sobre a parcela salarial até o valor equivalente a R\$ 9.089,00 (nove mil e oitenta e nove reais). A parcela excedente a esse valor será objeto de negociação entre o empregado e o empregador. **CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL (EMPREGADOS EM EMPRESAS PRIVADAS)** - Os empregados em empresas privadas representadas pelo sindicato acordante que hajam ingressado na empresa após a data-base terão sua taxa de reajustamento proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base. **Parágrafo Primeiro** - Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste
MAI/19	1,69 %
JUN/19	1,33 %
JUL/19	1,33 %
AGO/19	1,33 %
SET/19	1,33 %
OUT/19	1,33 %
NOV/19	1,13 %
DEZ/19	0,95 %
JAN/20	0,69 %
FEV/20	0,46 %
MAR/20	0,28 %
ABR/20	0,21 %

**Parágrafo Segundo** - O empregado que teve o contrato de trabalho resiliado antes da recomposição integral dos salários previsto na cláusula quarta terá as verbas rescisórias calculadas com base no salário recomposto pelo índice total de reajuste a que teria direito. **CLÁUSULA SEXTA - COMPENSAÇÕES** - Poderão ser compensados nos reajustes previstos na presente convenção os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem; Implemento de idade;

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406  
PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.rs.com.br](mailto:secretaria@semapi.rs.com.br) / SITE:

<http://www.semapi.org.br>  
FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

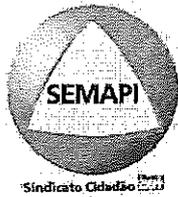
promoção por antiguidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado. **Pagamento de Salário – Formas e Prazos - CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIO** - Os salários dos empregados nas empresas privadas representados pelo sindicato profissional acordante deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. **Parágrafo Primeiro** - Na hipótese de descumprimento da norma acima o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RGS - SEMAPI notificará por qualquer meio, a Entidade Patronal suscitada, que diligenciará junto à empresa que a obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação. **Parágrafo Segundo** - Persistindo o descumprimento, a empresa se obriga a pagar a multa diária de 1/2 (meio) dia de salário por dia de atraso em favor do empregado, a contar do prazo estabelecido no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, ficando a referida multa limitada ao valor do principal. **Parágrafo Terceiro** - Na hipótese do não pagamento da multa fixada no parágrafo anterior, e, sendo está objeto de cobrança perante a Justiça do Trabalho e reconhecido o direito do empregado a percebê-la seu valor será devido à razão de 01 (um) dia de salário por dia de atraso, limitada ao valor do principal. **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo - CLÁUSULA OITAVA - RECIBOS OU ENVELOPES DE PAGAMENTO** - Os empregadores ficam obrigados a fornecer a seus empregados, no ato do pagamento, discriminativo dos pagamentos e descontos efetuados, através de cópias dos recibos ou envelopes de pagamento, onde constem, obrigatoriamente, número de horas normais e extras trabalhadas, as comissões pagas e a integração das horas extras habituais e comissões pagas nos repousos remunerados. **CLÁUSULA NONA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS** - Quando requerido, As empresas se obrigam a entregar ao empregado demitido a relação de seus salários durante o período trabalhado, ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC) conforme formulário do INSS, no prazo de 15 (quinze) dias após o requerimento. **CLÁUSULA DÉCIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS POR SISTEMA BANCÁRIO** - As empresas que pagam os salários de seus empregados através de depósito em conta salário envidarão esforços para que a instituição financeira não cobre taxas bancárias do trabalhador que utiliza a conta apenas para saque do seu salário. **Parágrafo Primeiro** - Fica garantido ao empregado que o crédito dos vencimentos seja procedido dentro do horário de atendimento bancário e, fica garantido ao empregado caso o pagamento do salário seja efetuado em cheque, ocorra em horário que permita desconto imediato do mesmo conforme previsto na letra "a", do artigo 2º da Portaria do MTbE nº 3.281-7/12/1984. **Parágrafo Segundo** - Fica garantida a liberação por 2 (duas) horas aos trabalhadores com carga horária semanal superior à 40 (quarenta) horas, para em horário bancário retirar o seu cartão magnético atinente a sua conta salário, desde que a jornada do trabalhador coincida com o horário normal de funcionamento do banco ou que a coincidência entre o horário do banco e a jornada não seja igual ou superior a uma hora. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DIFERENÇAS SALARIAIS** - As diferenças salariais deverão ser satisfeitas pelos empregadores em até duas oportunidades, de igual valor, sendo a primeira com a folha de pagamento do mês de fevereiro de 2019 e a segunda com a folha de pagamento do mês de março de 2019. As diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente convenção coletiva de trabalho deverão ser satisfeitas para todos os empregados, inclusive os despedidos a partir de 1º de maio de 2019, até a folha de pagamento referente ao mês de ..... de 2019. **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros - Outros Adicionais - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO FUNERAL** - Os empregadores fornecerão um auxílio funeral ao cônjuge ou dependente do empregado falecido, em valor de R\$ 2.816,00 (dois mil oitocentos e dezesseis reais), desde que as empresas não mantenham ou subsidiem seguro de vida em grupo para seus empregados. **Auxílio Alimentação - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALES ALIMENTAÇÃO E/OU REFEIÇÃO - [VALOR P/ NEGOCIAÇÃO: 8H 22,50 E 6H 21,09]** - I - Os empregadores representados pelo sindicato conveniente fornecerão aos seus empregados que laboram em jornada de seis horas, a partir de 1º de maio de 2019, vales-refeição e/ou alimentação no valor mínimo de R\$ 17,10 (dezesete reais e dez centavos) por dia trabalhado, independentemente do desconto estabelecido pela legislação do PAT. O referido valor será majorado em 1º de janeiro de 2019 para R\$ 17,23 (dezesete reais e vinte e três centavos). A diferença de 1% (um por cento) no valor do vale-refeição concedida em janeiro de 2019 poderá ser passível de compensação na negociação de maio de 2019. II - Os empregadores representados pelo sindicato conveniente fornecerão aos seus empregados que laboram em jornada de oito horas, a partir de 1º de maio de 2019, vales-refeição e/ou alimentação no valor mínimo de R\$ 18,20 (dezoito reais e onze centavos) por dia trabalhado, independentemente do desconto estabelecido pela legislação do PAT. O referido valor será majorado em 1º de janeiro de 2019 para R\$ 18,38 (dezoito reais e trinta e oito centavos). A diferença de 1% (um por cento) no valor do vale-refeição concedida em janeiro de 2019 poderá ser passível de compensação na negociação de maio de 2019. **Parágrafo Primeiro** - Fica estabelecido que o valor do vale-alimentação e/ou refeição previsto no

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 – FONE/FAX: (51) 3287-7500 – DEB: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE – RS – CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapirs.com.br](mailto:secretaria@semapirs.com.br) / SITE:

<http://www.semapirsindicato.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO,

# SEM API

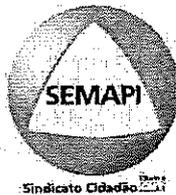
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

"caput" desta cláusula é o mínimo diário, independente de valor que os empregados perceberão, já efetuado o desconto previsto nos termos do programa de alimentação do trabalhador (PAT). **Parágrafo Segundo** - Os vales-refeição e/ou alimentação fornecidos são de natureza indenizatória, e o valor correspondente não integrará o salário para qualquer efeito legal. **Parágrafo Terceiro** - Excetuam-se da presente cláusula as empresas que, comprovadamente, já mantêm convênio com empresas fornecedoras de vale-alimentação/refeição ou alinda aquelas que mantêm estabelecimento próprio ou convênio com terceiros de fornecimento de alimentação, em condições iguais de qualidade nutricional. Fica estabelecido que as empresas que mantêm convênios com terceiros de fornecimento de alimentação não poderão ajustar os convênios com valor abaixo de 20% (vinte por cento) do preço fixado para o vale-refeição ou alimentação. **Parágrafo Quarto** - Fica estabelecido que as empresas que em maio de 2019 concedem vale refeição ou alimentação em valor superior a R\$ 19,48 (dezenove reais e quarenta e oito centavos) deverão reajustar os vales a partir de 1º de maio de 2019 no percentual de 2,50% (dois e meio por cento) a incidir sobre o valor do mês de maio de 2018. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO RANCHO** - As empresas concederão aos seus empregados, uma vez por ano, durante a vigência da presente convenção coletiva, um rancho no valor mínimo de R\$ 82,73 (oitenta e dois reais e setenta e três centavos). As empresas concederão aos seus empregados, uma vez por ano, entre 1º de maio e 10 de dezembro, um auxílio rancho, independentemente do tempo de serviço no valor mínimo de R\$ 82,73 (.....). **Seguro de Vida - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO** - Os empregadores manterão apólice de seguro de vida em grupo beneficiando seus empregados, de adesão facultativa, nos seguintes valores: R\$ 18.129,00 (dezoito mil e cento e vinte nove reais) por morte natural e invalidez funcional permanente total por doença e R\$ 36.270,00 (trinta e seis mil duzentos e setenta reais) por morte acidental ou invalidez permanente acidentária e invalidez funcional permanente total por doença. **Parágrafo Primeiro** - Caso seja adotada sistemática diversa da ora ajustada - valores e inclusão de invalidez permanente por doença e/ou serviço de assistência funeral - na convenção coletiva a ser firmada pelos ora acordantes é que beneficia os empregados de fundações do Estado, a nova sistemática será, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do ajuste, estendida para as empresas privadas, desde que sejam as mesmas imediatamente comunicadas pelos sindicatos convenentes. **Parágrafo Segundo** - Os empregadores participarão com 90% (noventa por cento) do valor do prêmio, cabendo o pagamento dos 10% (dez por cento) restantes aos empregados. **Parágrafo Terceiro** - Os empregadores devem entregar cópia da apólice de seguro aos empregados. **Parágrafo Quarto** - Na hipótese de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho por motivo de doença ou acidente de trabalho, fica garantida a permanência do empregado optante, no grupo de trabalhadores beneficiados pelo seguro de vida, desde que recolha, de forma acordada com a empresa, os valores correspondentes a sua participação no valor do prêmio na forma prevista no parágrafo segundo desta cláusula. **Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades - Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ESTAGIÁRIOS** - Fica estabelecido que as empresas que contratarem estagiários deverão comunicar ao sindicato profissional tal fato, sendo que somente poderão contratar estagiários no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do seu quadro de empregados. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica estabelecido que os estagiários contratados deverão exercer atividades que estão relacionadas com a sua formação profissional. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - As empresas deverão viabilizar para os estagiários que o seu horário de trabalho não conflite com o estágio curricular obrigatório. **Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades - Estabilidade Mãe - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE DA GESTANTE** - Será garantida a estabilidade provisória para a empregada gestante, que não poderá ser dispensada desde a concepção até 90 (noventa) dias após o término do gozo do benefício previdenciário previsto em lei. **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO** - Será garantida nos termos do Art. 118 da Lei nº 8.213/91, a estabilidade provisória de um ano a todo o empregado que retornar do Seguro Acidente do Trabalho, a contar da alta concedida pelo INSS. **Estabilidade Aposentadoria - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTABILIDADE DO APOSENTANDO** - Fica assegurada a estabilidade provisória, durante os 12 (doze) meses anteriores à implementação do tempo de serviço necessário à concessão do benefício de aposentadoria, ao empregado que mantenha contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para a concessão da estabilidade acima prevista, o empregado deverá comprovar a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, à vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, respeitado o direito de opção do empregado, restando prejudicada na hipótese de encerramento das atividades da empresa, dispensa

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7400  
PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.rs.com.br](mailto:secretaria@semapi.rs.com.br) / SITE:

<http://www.semapi.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

por justa causa ou pedido de demissão. **Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho**

- **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONFERÊNCIA DE CAIXA** - A conferência de caixa será, obrigatoriamente,

procedida à vista do empregado por ela responsável, sob pena de impossibilidade posterior de qualquer compensação. **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CHEQUES OU**

**CÉDULAS FALSAS** - As empresas não poderão descontar de seus empregados, que exerçam função de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem cobertura ou emitidos fraudulentamente, ou correspondentes ao recebimento de cédulas falsas, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para aceitação

de cheques e numerários. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESGUARDO DE DIREITOS** - Ficam respeitados acordos por empresas, individuais ou coletivos, formalmente estabelecidos ou em execução de fato,

durante o período de vigência por ventura neles fixados, existentes entre as empresas integrantes da categoria econômica e seus respectivos empregados. **Outras normas de pessoal - CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA**

- **QUADRO MURAL** - Fica assegurada a divulgação pelo sindicato profissional em quadro mural de fácil acesso aos empregados - de editais, avisos e notícias editadas pelo sindicato, desde que não contenham matéria de

cunho partidário ou ofensivo ao empregador. Para a formação da comissão eleitoral e a convocação das eleições para a constituição da comissão de representação dos empregados, os trabalhadores poderão utilizar o quadro mural mediante a autorização do empregador. **Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

- **Prorrogação/Redução de Jornada - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HORAS EXTRAS** - As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e 70% (setenta por

cento) para as excedentes a esta. **Compensação de Jornada - CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO** - A duração normal da jornada de trabalho poderá, para fins

de adoção do regime de compensação horária de que trata o art. 59 da CLT, ser acrescida de horas suplementares em número não excedente de 02 (duas) horas, respeitada a seguinte sistemática: a) o regime de

compensação horária poderá ser estabelecido por períodos máximos de 90 (noventa) dias; b) sempre que as horas suplementares, em cada período de compensação, atingirem o número de 100 (cem), sem que tenham

sido objeto de compensação, fica vedada a realização de novas horas suplementares para fins de futura compensação; c) a empresa que pretender adotar regime de compensação horária em período superior a 90

(noventa) dias, com todos, alguns ou determinado empregado deverá comunicar o fato ao sindicato profissional, antes do ajuste contratual; d) as empresas que utilizam regime de compensação horária deverão adotar controle

de ponto da carga horária do empregado; e) as empresas que se utilizarem do regime de compensação horária por período superior ao de uma semana deverão fornecer, mensalmente, cópia dos espelhos de controle horário

ao empregado. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As horas acrescidas e não compensadas dentro do período estabelecido deverão ser pagas com o adicional de 70% (setenta por cento), sem prejuízo do regime

compensatório. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - As empresas que adotarem o sistema de compensação horária previsto no "caput" da presente cláusula também estarão obrigadas a respeitar o intervalo mínimo de uma hora

entre os turnos. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - As horas de trabalho reduzidas na jornada para posterior compensação não poderão ser objeto de descontos salariais, caso não venham a ser compensadas com o

respectivo aumento da jornada dentro do período de 90 (noventa) dias e nem poderão ser objeto de compensação nos meses subsequentes. **PARÁGRAFO QUARTO** - Havendo rescisão do contrato e se houver crédito a favor do empregado, as respectivas horas serão computadas e remuneradas com o adicional de horas

extras previsto na cláusula 24ª (vigésima quarta) da presente convenção. **PARÁGRAFO QUINTO** - Se houver débitos de horas do empregado para com o empregador, na hipótese de rompimento de contrato por iniciativa

do empregador, as horas não trabalhadas serão abonadas, sem qualquer desconto nas verbas a que o trabalhador tiver direito na rescisão de contrato de trabalho. **PARÁGRAFO SEXTO** - As empresas poderão adotar

regime de compensação horária por período superior a 90 (noventa) dias, desde que ajustem a sistemática em acordo coletivo de trabalho, com a participação dos sindicatos profissional e econômico ora acordante,

respeitadas, ainda, as condições estabelecidas no art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho. **PARÁGRAFO SÉTIMO** - A faculdade estabelecida nesta cláusula se aplica a todas as atividades, inclusive aquelas

consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho. **PARÁGRAFO OITAVO** - A compensação das horas reduzidas da jornada normal de trabalho com o posterior trabalho suplementar somente poderá ser efetivada em dia normal de trabalho, salvo autorização

expressa do sindicato profissional. **PARÁGRAFO NONO** - A compensação de horas suplementares acrescidas na jornada normal com a dispensa de prestação de serviços em dias em que a mesma reste inviabilizada por

motivos de força maior, somente poderá ser efetivada caso o empregado seja avisado com antecedência de um

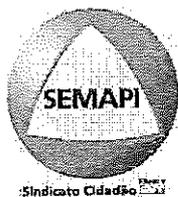
(1) dia, ou seja, o mesmo dispensado da prestação do serviço, sem necessidade de deslocamento até o local de trabalho. **Faltas - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE** - Os empregados

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semaoirs.com.br](mailto:secretaria@semaoirs.com.br) / SITE

<http://www.semaoisinducato.org.br>

FILIADO A CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

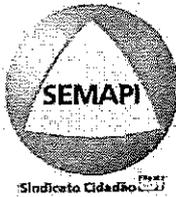
estudantes, em dia de matrícula e em dia de realização de provas finais de cada semestre - se matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas - serão dispensados de seus pontos durante meio turno desde que comuniquem à empresa 48 (quarenta e oito) horas antes e comprovem posteriormente, no mesmo prazo, o fato gerador de sua ausência. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A falta do estudante para a realização de exames vestibulares, concursos públicos e/ou ENEM, será abonada, ficando limitada ao dia de realização da prova, desde que comunicada e comprovada a sua realização nos mesmos prazos fixados no "caput" da presente cláusula. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ABONO DE FALTA PARA RECEBIMENTO DO PIS/PASEP** - As empresas obrigam-se a dispensar os empregados, sem prejuízo salarial, durante o tempo necessário para saque das parcelas do PIS/PASEP que não poderá ultrapassar meio expediente da jornada de trabalho, ou 1 (um) dia quando seu domicílio bancário for fora da cidade, exceto nos casos em que o empregado receba o benefício diretamente do empregador. **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTA PARA CONSULTA MÉDICA** - As empresas obrigam-se a abonar as faltas ao serviço do empregado, no caso de consulta, exames médico ou internações hospitalares de filhos menores de 16 (dezesesseis) anos de idade ou excepcionais, e ainda, de pai e mãe acima de 60 (sessenta) anos, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 12 (doze) faltas ao ano. **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS** - As empresas dispensarão seus empregados para participação em cursos, desde que não haja prejuízos nas atividades da empresa, e diante da prova do empregado que frequentou o curso. As expensas com o curso ocorrerão por conta do trabalhador, sem prejuízo salarial, desde que o empregado comunique ao empregador com 5 (cinco) dias de antecedência e que haja identidade entre o curso e as funções efetivamente exercidas pelo empregado na empresa. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A previsão contida no "caput" desta cláusula será limitada a 30 (trinta) horas ano.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONVOCAÇÃO PELO TRE** - Os empregados convocados pela justiça eleitoral terão a compensação destes dias em data de livre escolha dos trabalhadores, a ser feita em até 6 (seis) meses da data da eleição pela qual foi convocado. **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO DO ESTUDANTE** - Fica vedado ao empregado estudante ter jornadas que se estendam pelos 3 (três) turnos escolares. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Fica vedada a alteração ou prorrogação da jornada de estudante que vier a prejudicar a frequência às aulas, exames escolares e estágios curriculares obrigatórios do estudante. **Outras disposições sobre jornada** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ATRASO AO SERVIÇO** - As empresas não poderão descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente, quando o empregado, apresentando-se atrasado no horário de serviço, tiver seu trabalho permitido naquele dia. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - HORAS TRABALHADAS EM DOMINGOS E FERIADOS** - Os repouso e feriados trabalhados deverão ser pagos com adicional de 130% (cento e trinta por cento) sobre a hora laborada, já incluída a dobra da lei. **Férias e Licenças - Duração e Concessão de Férias** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - FRACIONAMENTO DE FÉRIAS** - Desde que haja concordância do trabalhador (a), as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. **Licença Adoção** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LICENÇA PARA FINS DE ADOÇÃO** - A empregada (a) que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença maternidade nos termos da legislação em vigor. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A licença maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardião; a licença paternidade será de 05 (cinco) dias consecutivos a todos os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva. **Outras disposições sobre férias e licenças** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS** - Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais à razão de 1/12 avos da respectiva remuneração mensal por cada mês completo de trabalho, nos termos do Enunciado 261 do TST. **Saúde e Segurança do Trabalhador - Uniforme** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES** - As empresas que exijam o uso de uniformes, ficam obrigadas a fornecê-los sem qualquer ônus para seus empregados, ficando ajustada a devolução dos mesmos, no estado em que se encontrarem, no caso de substituição ou rescisão contratual. **Aceitação de Atestados Médicos** - **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ATESTADO DE DOENÇA** - As empresas ficam obrigadas aceitar, para todos os efeitos, atestados de doença, comprovante de comparecimento de consultas e exames complementares fornecidos por médico próprio da empresa; médico em convênio reconhecido pela empresa; médico em convênio mantido pelo(a) cônjuge ou pais; profissionais credenciados pelo INSS/SUS bem como, com os mesmos efeitos, boletim de atendimento expedido em caso de emergência e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). No caso de atestados comprovando o comparecimento de consultas e/ou exames complementares deverá ser consignado pelo médico o período de permanência em atendimento. Na forma da resolução número 1819/07 do Conselho

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406  
PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.rs.com.br](mailto:secretaria@semapi.rs.com.br) / SITE:

<http://www.semapi.org.br>

FILIADO A CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

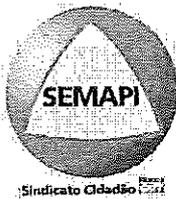
Federal de Medicina, ficam as empresas impossibilitadas de solicitar o número do CID (Código Internacional de Doenças) nos atestados médicos fornecidos pelos empregados. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas ficam obrigadas aceitar, para todos os efeitos, atestados exclusivamente para tratamentos dentários em caso de emergências. As empresas não estão obrigadas a aceitar atestado quando de tratamentos dentários que não são emergenciais. Os atestados para tratamentos dentários emergenciais ficam limitados a 12 (doze) dias ao ano. **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais - CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO** - Os empregadores se obrigam a cumprir as portarias e normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho vigentes. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO as empresas de grau risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR 4, com até 50 (cinquenta) empregados por estabelecimento. As empresas enquadradas no grau de risco 1 ou 2 do Quadro I da NR 4 estarão obrigadas a realizar o exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 180 (cento e oitenta) dias. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - As regras previstas no parágrafo primeiro da presente cláusula não se aplicam às empresas prestadoras de serviço na sede da tomadora. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PREVENÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR** - Os sindicatos profissional e econômico realizarão ações conjuntas relativas a prevenção da saúde do trabalhador. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os sindicatos acordantes supervisionarão conjuntamente os Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SSMT e os Programas de Controle Médico de Saúde Operacional - PCMSO das empresas enquadradas na categoria econômica representada pelo SESCON/RS. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - As empresas, em conjunto com as CIPAs, definirão uma política de prevenção de acidentes do trabalho e de saúde ocupacional, com a possibilidade do acompanhamento de representante do sindicato profissional. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Nas ocorrências de acidente de trabalho, a chefia imediata deverá providenciar no seu atendimento dentro e fora da empresa, quando necessário, acompanhando a situação até o total restabelecimento do empregado. **Relações Sindicais - Representante Sindical - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DELEGADO SINDICAL MUNICIPAL** - As empresas reconhecerão a estabilidade provisória ao Delegado Sindical Municipal, durante a vigência do presente acordo. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os Delegados serão indicados pelo sindicato profissional (ou eleitos pelos empregados), passando a gozar da estabilidade a partir da comunicação à Entidade Patronal suscitada de sua indicação (ou eleição). **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Somente será reconhecido um Delegado Sindical por Município, escolhidos entre os empregados de empresas empregadoras de no mínimo 50 (cinquenta) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em se tratando de empresa que possua além da matriz, filiais na base territorial atingida pelo presente acordo, será computado, para efeitos legais da presente cláusula, o total de empregados da referida empresa, condicionando-se a escolha a filial que possua no mínimo 10 (dez) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DELEGADO SINDICAL POR EMPRESA** - Os empregadores reconhecerão a estabilidade provisória do Delegado Sindical na empresa, durante a vigência do presente acordo. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os delegados serão indicados pelo sindicato profissional (ou eleitos pelos empregados), passando a gozar de estabilidade a partir da comunicação à entidade Patronal suscitada de sua indicação (ou eleição). **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Os Delegados Sindicais serão escolhidos entre os empregados de empresas empregadoras de no mínimo 100 (cem) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Em se tratando de empresa que possua, além da matriz, filiais, na base territorial atingida pelo presente acordo, será computado, para os efeitos da presente cláusula, o total de empregados da referida empresa, condicionando-se a escolha à filial que possua no mínimo 50 (cinquenta) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante. **PARÁGRAFO QUARTO** - As convocações do delegado sindical para eventos junto ao sindicato deverão ser formalizadas com antecedência mínima de dois dias úteis e assinadas por um representante legal do sindicato, salvo convocação urgente pelo sindicato. **PARÁGRAFO QUINTO** - As saídas espontâneas do delegado sindical durante seu expediente de trabalho ao sindicato deverão ter autorização de seus gestores. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DELEGADO SINDICAL - LIMITES** - Fica ajustado que será reconhecido apenas 1 (um) Delegado Sindical, seja ele de empresa ou municipal, por empresa empregadora. **Contribuições Sindicais - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL** - As empresas e demais entidades representadas pelo Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio Grande do Sul - SESCON/RS, ficam obrigados a recolher a esta entidade sindical importância equivalente a 2/30 (dois trinta avos) do total da folha de pagamento de salário do mês de fevereiro de 2019, já reajustados pela presente convenção coletiva. O

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.rs.com.br](mailto:secretaria@semapi.rs.com.br) / SITE:

<http://www.semapisindicato.org.br>

FILIADO A CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEM API

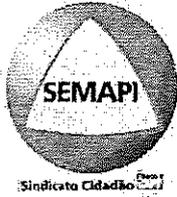
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

recolhimento deverá ser efetuado até o dia 11 de março de 2019. **Parágrafo Primeiro** - Nenhuma empresa, possuindo ou não empregados, poderá contribuir a este título com valor inferior a R\$ 80,00 (oitenta reais). **Parágrafo Segundo** - O recolhimento na forma e no prazo estabelecido no "caput" e parágrafo primeiro da presente cláusula implicará nas cominações previstas no Art. 600 da CLT. **Parágrafo Terceiro** - O recolhimento da obrigação ora instituída é ônus do empregador, constituindo-se em contribuição assistencial que será aplicada em benefícios assistenciais à categoria. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS** - Os empregadores descontarão de todos os seus empregados, associados ou não, beneficiados ou não com as cláusulas da presente convenção, o valor correspondente a 2 (dois) dias de salário, em quatro parcelas iguais, mensais e sucessivas, descontadas a partir do salário do mês de ..... (estabelecido ao final das negociações) de 2018, recolhendo as respectivas importâncias à conta do SEMAPI, até os 10(dez) dias subsequentes de cada mês, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT. **Parágrafo Primeiro** - A validade do desconto a que se refere a presente cláusula fica condicionada a não oposição pelo empregado, manifestada individualmente e por escrito, devidamente identificada, contendo a razão social e CNPJ do empregador, perante o sindicato profissional, por carta ou pessoalmente na sede da entidade, em algum dos seguintes períodos e condições, à escolha do trabalhador: I - Por carta, identificada e assinada pelo empregado, postada nos correios em envelope individual (não acompanhado com outras no mesmo envelope) acompanhada de cópia de documento de identidade com assinatura e dados para contato - telefone e/ou endereço eletrônico, no prazo de 20 dias a contar do registro desta convenção coletiva no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, considerando para validade a data de postagem nos correios; ou II - Pessoalmente, na sede do sindicato, e mediante apresentação de comprovante do desconto, original com cópia, feito pelo empregador, a partir do 5º útil e até os dez dias subsequentes do mês de ... (mês do recebimento do salário em que ficar estabelecido o primeiro desconto da contribuição assistencial); Ou, ainda III - Por carta, identificada e assinada pelo empregado, postada nos correios em envelope individual, mediante envio de comprovante do desconto, original com cópia, feito pelo empregador e cópia de documento de identidade com assinatura, bem como dados para contato - telefone e/ou endereço eletrônico, a partir do 5º útil e até os dez dias subsequentes do mês de ... (mês do recebimento do salário em que ficar estabelecido o primeiro desconto da contribuição assistencial), considerando para validade a data de postagem nos correios; **Parágrafo Segundo** - Não serão aceitas as oposições fora do prazo estabelecido na presente cláusula, exceto no caso de o trabalhador estar de férias, doente ou impossibilitado, por qualquer motivo, de exercer o direito de oposição nos períodos acima previstos, quando ser-lhe-á assegurada essa possibilidade, por carta ou pessoalmente na sede do sindicato, nos termos do parágrafo primeiro, incisos II e III, no prazo de até 30 dias após o seu retorno ou após cessada a causa que o impossibilitava de manifestar-se, desde que comprove ao sindicato a impossibilidade ocorrida. **Parágrafo Terceiro** - Caso reste evidente ou haja fundados indícios de que o trabalhador foi induzido ou constrangido a se opor ao pagamento da contribuição assistencial por seu empregador ou entidade a ele relacionada, não decorrendo, assim, a manifestação de oposição de sua livre vontade, o sindicato comunicará a Procuradoria Regional do Trabalho, ficando a aceitação ou não da oposição suspensa até a conclusão do expediente a ser instaurado pelo Ministério Público. **Parágrafo Quarto** - A oposição realizada nos moldes previstos no parágrafo primeiro abrangerá também as subsequentes, previstas para o período de vigência da presente convenção coletiva. **Parágrafo Quinto** - O direito de oposição poderá ser exercido também pelos trabalhadores que ingressarem na categoria após o decurso dos prazos acima, desde que o façam em até 15 dias após o primeiro desconto salarial que sofrerem a título de contribuição assistencial, por carta ou pessoalmente na sede do sindicato, nos termos do parágrafo primeiro, incisos II e III. **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS** - Os empregadores ficam obrigados a encaminhar, às entidades profissional e empresarial acordantes, cópia das guias de contribuição sindical e desconto assistencial, acompanhadas da relação nominal de empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após os respectivos recolhimentos. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - PREVALÊNCIA DOS ACORDOS COLETIVOS SOBRE OS INDIVIDUAIS** - As condições convencionadas no presente instrumento se sobrepõem aos eventuais acordos individuais de trabalho que venham a ser firmados entre as empresas abrangidas pelo mesmo e seus respectivos empregados, exceto os empregados referidos no parágrafo terceiro do art. 444 e o art. 507-A, todos da CLT. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - VALIDADE DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO** - Os acordos coletivos de trabalho envolvendo os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão ser obrigatoriamente assistidos pelo sindicato patronal ora convenente, sob pena de ineficácia. **PARÁGRAFO ÚNICO** - A regra prevista no caput da presente cláusula não se aplica aos acordos coletivos de participação nos lucros e resultados e também aos que se aplicam exclusivamente às fundações de direito privado instituídas e

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDC: 0800 51 7400  
PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.rs.com.br](mailto:secretaria@semapi.rs.com.br) SITE:

<http://www.semapi.sindicato.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

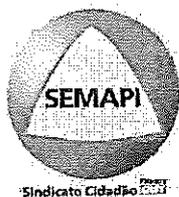
mantidas pelo Estado do Rio Grande do Sul. **Outras disposições sobre representação e organização - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO ACOMPANHAMENTO DAS RESCISÕES - CONTRATUAIS** - No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho os sindicatos acordantes constituirão Comissão Permanente de Acompanhamento das Rescisões Contratuais, composta por representantes das entidades. **Parágrafo Primeiro** - A referida Comissão, por ocasião da revisão da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderá ter alterado o seu alcance para incluir a assistência às homologações contratuais, quitação anual dos contratos de trabalho, auxílio nas negociações de acordos extrajudiciais, arbitragem para hipersuficientes, e conciliações prévias, ocasião em que serão discutidas as fontes de custeio das atividades da Comissão. **Parágrafo Segundo** - Por iniciativa de empregado ou empregador os termos de rescisão contratual com a discriminação das parcelas rescisórias, poderão ser encaminhados previamente à Comissão com o objetivo de evitar divergências entre as partes por ocasião da formalização da rescisão. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DA CONVENÇÃO** - As cláusulas previstas neste instrumento coletivo de trabalho serão prorrogadas por um período de até 60 (sessenta) dias a partir de 1º de maio de 2020, visando a constância e a tranquilidade das partes durante o processo de negociação coletiva. Na hipótese de prorrogação da convenção coletiva por até 60 (sessenta) dias, as cláusulas deste instrumento coletivo não serão incorporadas aos contratos de trabalho dos empregados da categoria. **Disposições Gerais - Aplicação do Instrumento Coletivo - CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER** - Na hipótese de descumprimento de disposição prevista no presente acordo que contenha obrigação de fazer, o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL - SEMAPI notificará, por qualquer meio, a entidade patronal acordante, que diligenciará junto à empresa para que a obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Persistindo o descumprimento, desde que a cláusula não contenha multa específica ou não haja previsão legal a respeito, o empregador pagará multa, em favor do empregado, nos seguintes valores: a) descumprimento por período inferior a 30 (trinta) dias - valor equivalente a 10% (dez por cento) do maior piso salarial da categoria; b) descumprimento por período de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias - valor equivalente a 30% (trinta por cento) do maior piso salarial da categoria; c) descumprimento por período superior a 60 (sessenta) dias - valor equivalente a 100% (cem por cento) do maior piso salarial da categoria. **Outras Disposições - CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO NOVO** - Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força da presente convenção, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CÁLCULO DO REPOUSO SEMANAL DO COMISSIONADO** - As empresas obrigam-se a calcular o repouso semanal do empregado comissionado, tendo como base o total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus. **Parágrafo Único** - Para o presente fim entende-se por comissão toda e qualquer parcela variável paga e que não seja indenizatória. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - INTEGRAÇÃO DAS COMISSÕES** - O empregado comissionado terá o valor de suas férias e aviso prévio calculado com base na média da remuneração variável percebida nos últimos 12 (doze) meses, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada, no período pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas). **Parágrafo Primeiro** - O empregado comissionado terá o valor de sua gratificação natalina calculado com base na média da remuneração variável percebida no ano, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada, no período pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas). **Parágrafo Segundo** - Não serão atualizadas, em nenhuma hipótese, as comissões referentes ao último mês do período base de cálculo. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - SALÁRIO SUBSTITUTO** - Os empregadores que não estejam organizados em plano de Cargos e Salários, caso admitam empregado para a função de outro demitido sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIA** - O empregado que for designado expressamente para substituir outro que exerça função de chefia com gratificação, por um período igual ou superior a 14 (quatorze) dias, fará jus ao recebimento desta gratificação, de forma proporcional aos dias de substituição, sem prejuízo para o substituído, desde que seu contrato de trabalho não esteja suspenso ou interrompido. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO** - As empresas obrigam-se a antecipar 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que o requererem até 5 (cinco) dias após o recebimento do aviso das férias. O pagamento será efetivado por ocasião da satisfação do salário de férias. **Parágrafo Único** - Para os empregados que requererem e gozarem férias até o mês de agosto, as empresas obrigam-se a pagar, no mês de outubro, a antecipação prevista no "caput" desta cláusula, desde que os

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapi.org.br](mailto:secretaria@semapi.org.br) / SITE:

<http://www.semapi-sindicato.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEMAPI

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

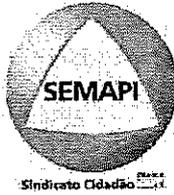
empregados requeiram até o dia 10 de outubro. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - QUINQUÊNIO** - Os empregadores pagarão a seus empregados, a título de adicional por tempo de serviço, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base, a cada 5 (cinco) anos de efetivo trabalho para o mesmo empregador, contados ininterruptamente a partir da contratação. O adicional previsto nesta cláusula será devido independentemente da forma de remuneração, devendo ser satisfeito mês a mês. Os adicionais por tempo de serviço já pagos pelas empresas a seus empregados, tendo como parâmetro prazos e percentuais diversos do ora estabelecido, poderão ser objeto de compensação, não se aplicando a presente cláusula em caso de percepção de benefício mais vantajoso. **Parágrafo Primeiro** - É fixado a este título um teto no valor de R\$ 1.486,00 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais). **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - QUEBRA DE CAIXA** - É concedida uma indenização a título de "quebra de caixa" a todos os empregados que exerçam funções de caixa, ou trabalhem habitualmente com numerário, no valor de 12% (doze por cento) do salário base do empregado, ficando ajustado, porém, que ditos valores não farão parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - VALE TRANSPORTE** - Os empregadores concederão o vale-transporte mensalmente, nos termos da Lei nº 7.418/85, garantida a entrega dos mesmos junto com a folha de pagamento de salários. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas concederão o vale-transporte semanalmente para os empregados admitidos no curso do mês. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE NO INTERIOR DO ESTADO** - Os empregadores do interior do estado do Rio Grande do Sul que tiverem dificuldade para entregar mensalmente o vale-transporte aos seus empregados, em razão da distância, terão a faculdade de cumprir a obrigação do artigo 1º da Lei 7.418/85 - concessão de vale-transporte - mediante o pagamento em espécie da quantia necessária a permitir o deslocamento do empregado da residência para o trabalho e vice-versa através do sistema de transporte coletivo público. O valor pago em dinheiro, que corresponde ao excedente à participação do empregado, de 6% (seis por cento) não se incorpora à remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e nem se configura como rendimento tributável do trabalhador. **Parágrafo Único** - Não se aplica a faculdade prevista no "caput" desta cláusula aos empregadores da região metropolitana. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - CONTINUIDADE DO PLANO DE SAÚDE** - É assegurado aos ex-empregados demitido sem justa causa, o direito de manter sua condição de beneficiário do plano de saúde, nas mesmas condições de cobertura assistencial que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral, respeitadas todas as disposições do art. 30 da Lei 9.656/98 e as condições fixadas na Resolução 279 da ANS. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO** - O empregado que no curso do aviso prévio dado pelo empregador ou pedido pelo empregado(a) obtiver novo emprego será dispensado do cumprimento do restante do mesmo, ficando ajustado, porém, que somente serão pagos pelo empregador, nesta hipótese, os dias efetivamente trabalhados, bem como as demais parcelas rescisórias. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DA DISPENSA DO AVISO PRÉVIO** - As empresas que dispensarem seus empregados de comparecer ao trabalho durante o aviso prévio, obrigam-se a fazer a anotação correspondente no verso do próprio aviso. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Ocorrendo a dispensa do cumprimento do aviso prévio previsto no "caput" desta cláusula, o prazo para pagamento da rescisão passa a vigorar a **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE RESCISÕES.** **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO ESPECIAL** - Os empregadores concederão aviso prévio de 60 (sessenta) dias aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e com mais de 5 (cinco) anos de trabalho para o mesmo empregador, desde que atendidos ambos os requisitos. **Parágrafo Único** - Para os empregados cuja aplicação da Lei nº 12.506/11 resulte em um benefício maior aplica-se a Lei. Fica estabelecido que não se somam os dois critérios (fixado na convenção e na Lei 12.506/11) referente ao aviso prévio proporcional. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE RESCISÕES** - Quando da rescisão do contrato de trabalho, ficarão as empresas obrigadas ao pagamento dos direitos rescisórios e anotações na CTPS até dez dias contados a partir do término do contrato. Na hipótese de aviso prévio indenizado for superior a quarenta dias o pagamento será no 1º dia útil subsequente ao quadragésimo dia. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - JUSTA CAUSA - ESPECIFICAÇÃO DOS MOTIVOS** - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por justa causa deverá o empregador comunicar ao empregado, por escrito, dos motivos que ensejaram a decisão. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - RESCISÕES CONTRATUAIS** - Caso o pagamento das verbas rescisórias seja efetuado desacompanhado do Termo de Rescisão, da cópia impressa do Requerimento de Seguro-Desemprego Empregador WEB, bem como da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e Contribuição Social e da chave de liberação do mesmo, a empresa, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para fornecer tais documentos ao empregado demitido. **Parágrafo Único** - No caso de descumprimento do prazo supra a empresa se obriga a pagar multa de 01 (um) dia de salário por dia de atraso em favor do empregado

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapis.com.br](mailto:secretaria@semapis.com.br) / SITE:

<http://www.semapisindicato.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO,

# SEM API

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

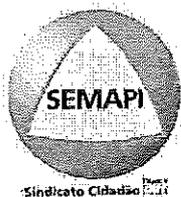
demitido, limitado ao valor da rescisão, desde que tenha o empregador dado motivo ao atraso. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES** - As empresas que remuneram seus empregados à base de comissões, ou fixo mais comissões, ficam obrigadas a anotar na carteira do empregado o percentual que será aplicado para o cálculo das comissões. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO** - As empresas obrigam-se a entregar ao empregado, no ato de admissão, cópia do contrato de trabalho, caso o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO DE SALÁRIOS** - Quando requerido, as empresas se obrigam a entregar ao empregado demitido a relação de seus salários durante o período trabalhado, ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC) conforme formulário do INSS, no prazo de 15 (quinze) dias após o requerimento. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO** - As empresas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS do empregado da função efetivamente exercida no estabelecimento. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA TERCEIRA - TRANSPORTE MANUAL REGULAR DE CARGA** - Os trabalhadores que transportam manualmente e de forma contínua ou não, carga ou materiais de trabalho de qualquer espécie, terão por limite máximo o peso de 12 Kg para homens e 10 Kg para mulheres e menores de 18 anos, obedecendo ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e as Normas Reguladoras. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUARTA - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO** - As partes acordantes reconhecem a Justiça do Trabalho como foro competente para dirimir as controvérsias decorrentes da aplicação da presente convenção. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O Sindicato profissional, para fins de cumprimento, poderá ajuizar ação própria, na forma prevista no parágrafo único do art. 872 da Consolidação das Leis do Trabalho. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA QUINTA - DESCONTOS SALARIAIS** - Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de: a) mensalidade de sócio do SEMAPI - sindicato representativo da categoria; b) convênios de fornecimento de alimentação e/ou cesta básica, convênio de plano de saúde (medicamentos, óptico, médicos, odontológicos e psiquiátricos) e convênio de seguro de vida em grupo, limitando-se o total do desconto em 25% (vinte cinco por cento) do piso salarial fixado na cláusula terceira, letra "c"; e c) desconto dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, na forma da Medida Provisória nº 130/03. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas pelo empregado. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Para as empresas que possuem em seus quadros 20 (vinte) ou mais empregados será incentivado pelo empregador a criação de uma associação de empregados a qual passará a administrar tais convênios. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - As mensalidades descontadas dos associados do SEMAPI, em folha de pagamento, deverão ser repassadas ao sindicato profissional até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEXTA - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL** - As entidades acordantes evitarão esforços para a realização dos cursos de capacitação profissional formatados por Comissão Paritária nos termos de cláusula prevista em convenção coletiva 1999/2000. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SÉTIMA - CADASTRAMENTO JUNTO AO SESC** - As empresas, sempre que houver requerimento de seus trabalhadores, ficam obrigadas a cadastrar-se junto ao Serviço Social do Comércio - SESC, para que os trabalhadores gozem dos benefícios de sócio. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA OITAVA - CONSTRANGIMENTO MORAL** - As empresas evitarão esforços para que sejam adotadas medidas em conjunto com o sindicato profissional, orientações de conduta comportamental aos seus supervisores, gerentes e dirigentes para que, no exercício de suas funções, visem evitar ou coibir práticas que possam caracterizar agressão e constrangimento moral ou antiético a seus subordinados. Sempre que necessário, na avaliação do sindicato profissional (SEMAPI) ou na hipótese de denúncia por parte de trabalhador, fica garantida a imediata reunião entre as entidades sindicais acordantes com a empresa, para avaliação e acompanhamento da referida denúncia. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA NONA - CÓPIA DO RECIBO DE ENTREGA DA RAIS** - Os empregadores deverão comprovar a entrega da RAIS ao sindicato profissional através de cópia do recibo, no prazo de 5 (cinco) dias após a efetiva entrega ao órgão competente. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - CURSOS** - As empresas evitarão esforços para proporcionar aos empregados cursos de qualificação ou recolocação profissional. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - NEGOCIAÇÃO PERMANENTE** - Fica estabelecido que as empresas que exercem exclusivamente a atividade de cobrança se reunirão por solicitação de qualquer das partes a qualquer momento, com a presença das entidades sindicais acordantes. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - ABONO ASSIDUIDADE** - O empregado que no período aquisitivo de férias não tiver falta não justificada e até 3 (três) faltas justificadas, exceto as faltas legais previstas no artigo 473 da CLT, bem como da lei eleitoral (convocação trabalho nas eleições), terá direito a 3 (três) dias de folga, no período subsequente ao período aquisitivo. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas não poderão

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406

PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretaria@semapis.com.br](mailto:secretaria@semapis.com.br) / SITE:

<http://www.semapisindicato.org.br>

FILIADO A CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,

# SEMAPI

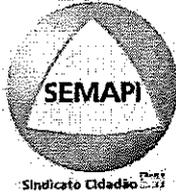
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

considerar as folgas motivacionais como faltas para fins de não concessão do abono assiduidade. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - DO SISTEMA ALTERNATIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE JORNADA** - Fica estabelecido que os empregadores poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, nos termos da Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, sendo obrigatório que o sistema eletrônico registre fielmente as marcações efetuadas, não sendo admitido: restrição à marcação do ponto; marcação automática do ponto; exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada; e alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA - DO REGISTRO DAS PAUSAS PREVISTAS NA NR 17** - As pausas previstas na Norma Regulamentadora 17 não constituem intervalo para repouso/alimentação, mas sim pausas inseridas na jornada de trabalho para garantir a saúde do trabalhador, motivo pelo qual não precisam ser registradas no controle eletrônico de jornada de trabalho. Poderá o empregador utilizar outra forma de controle das pausas para demonstrar o cumprimento da citada norma, conforme orientação do Ministério do Trabalho e Emprego (resposta 41 - REP). **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUINTA - CONTROLE DE FERTILIDADE** - Fica vedada qualquer exigência, por parte da empresa, de comprovação ou não da gravidez e esterilização tanto no ato da admissão como em qualquer outro período, enquanto vigorar o contrato de trabalho. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA - PORTADORES DO HIV** - Fica vedada/proibida qualquer exigência, por parte da empresa de atestados de comprovação ou não da condição de portadora de vírus HIV/AIDS, tanto para admissão como para preenchimento de cargos, como para demissão. As empresas realizarão em parceria com os sindicatos, campanhas educativas e de sensibilização, visando a prevenção do vírus da AIDS. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SÉTIMA - ADEQUAÇÃO DE FUNÇÃO E LOCAL DE TRABALHO** - A empregada gestante terá assegurada mudança de setor de trabalho ou função, quando estas apresentarem riscos que possam provocar agravos à saúde da mãe ou do feto se necessário, ao seu estado. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA OITAVA - USO DO BANHEIRO** - Fica vedado qualquer forma de condicionamento da ida ao banheiro à autorização/permissão por parte do empregador. **CLÁUSULA OCTAGÉSIMA NONA - PENALIDADE ADMINISTRATIVA** - Será garantido ao empregado que estiver submetido a penalidade administrativa o acompanhamento por Comissão Paritária de Sindicância onde o Sindicato suscitante notificará, por qualquer meio, a Entidade Patronal ora acordante que diligenciará junto a empresa. **CLÁUSULA NONAGÉSIMA - FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO** - As empresas deverão fornecer aos seus empregados sem quaisquer ônus a estes últimos, equipamentos de proteção individual tais como: luvas, botas, toucas, capas e outros, quando imprescindíveis ao desempenho de suas funções, conforme a legislação vigente. As empresas deverão fornecer aos seus empregados sem quaisquer ônus a estes últimos, equipamentos de proteção individual, suficientes e adequados, tais como: luvas, botas, toucas, capas e outros, quando imprescindíveis ao desempenho de suas funções, conforme a legislação vigente. Tais equipamentos de proteção serão substituídos sempre que necessários. **CLÁUSULA NONAGÉSIMA PRIMEIRA - RELAÇÃO HOMO AFETIVA** - Os benefícios desta Convenção Coletiva aplicáveis aos cônjuges dos empregados, são extensivos aos casos em que a união decorra de relação homo afetiva. **CLÁUSULA NONAGÉSIMA SEGUNDA - ACOMPANHAMENTO ESCOLAR** - Na hipótese de o empregado (a) necessitar acompanhar filho menor de 12 (doze) anos à escola ou se for por esta convocado para comparecer, coincidindo com o horário de trabalho, o período das duas primeiras horas será abonado, e após a segunda hora será o período compensado, desde que devidamente comprovado. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Fica estabelecido que a previsão contida no caput desta cláusula fica limitado a três vezes ao ano e o período para comparecimento não poderá ser superior a três horas. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O empregado deverá informar ao empregador da sua necessidade de comparecer à escola com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. **CLÁUSULA NOVA - AUXÍLIO CRECHE [NOVA]** - Fica estabelecido que os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. Parágrafo Primeiro. - Fica autorizado aos empregadores suprir a exigência prevista no caput desta cláusula por meio de creches distritais mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do Sesi, do Sesc, da LBA ou de entidades sindicais. Parágrafo Segundo. - Fica estabelecido que os empregadores que não tenham local apropriado para as empregadas guardar seus filhos no período de amamentação e/ou que não firmaram convênios com creches ficam autorizados a substituir a exigência contida no parágrafo 1º, do artigo 389, da CLT, mediante o pagamento de uma indenização mensal para cada empregada que tiver filho e exclusivamente durante o período de amamentação no valor de R\$ ( ). Parágrafo Terceiro. - Fica estabelecido que o pagamento da indenização se realize durante o período de amamentação, exceto se este período coincidir com os meses em que a mãe estiver em licença maternidade ou férias. **CLÁUSULA NOVA - VALE CULTURA [NOVA]** - As empresas fornecerão a todos os empregados que optarem pelo benefício, vale cultura, conforme

TRAVESSA ALEXANDRINO DE ALENCAR, 83 - FONE/FAX: (51) 3287-7500 - DDG: 0800 51 7406  
PORTO ALEGRE - RS - CEP 90.160-030 - E-MAIL: [secretario@semapi.rs.com.br](mailto:secretario@semapi.rs.com.br) / SITE:

<http://www.semapiindicato.org.br>

FILIADO À CUT / CONTRACS



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ACESSORAMENTO,

# SEMAPI

PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

Lei Nº 12.761/2012, a partir de 01 de maio de 2016. CLAUSULA NOVA – RETORNO DO AUXILIO DOENÇA. [NOVA] - Após o empregado receber a alta do benefício previdenciário, saúde ou acidentário, caso o médico da empresa ou de convênio mantido por esta não concordar com sua liberação para o trabalho, fica a empresa obrigada a manter o pagamento integral do salário, até que seja realizado nova avaliação por parte do perito da previdência social. CLAUSULA NOVA – LICENÇA PATERNIDADE. [NOVA] - As empresas concederão licença paternidade de 10 dias a partir do nascimento do filho(a). CLAUSULA NOVA – MENSALIDADE DO SEMAPI. [NOVA] - As Empresas obrigam-se a descontar, em folha de pagamento de salários, as mensalidades dos empregados associados do Sindicato, conforme autorização anexa a ficha de associação e relação de descontos nominais enviadas pelo Sindicato. Parágrafo Único: As mensalidades descontadas dos associados em folha de pagamento, deverão ser repassadas ao Sindicato até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido. Em seguida passou-se ao segundo item da Ordem do Dia - Autorização à Diretoria deste Sindicato para negociar, assinar Acordo Coletivo e/ou Conyença Coletiva de Trabalho, bem como para formular protesto judicial, instaurar dissídio coletivo e firmar acordo nos respectivos autos — esclarecendo a categoria sobre a necessidade. Foi aprovado por unanimidade dos presentes. Passou-se a seguir, ao terceiro item da Ordem do Dia - Autorizar e fixar o desconto de taxa assistencial de fortalecimento da Organização Sindical para o Sindicato — também aprovada pela maioria dos presentes, conforme o constante da Cláusula da pauta de reivindicações do SESCOB e Cláusula da pauta de reivindicações do SINDAT. O quarto e quinto itens da Ordem do Dia, respectivamente - Discutir e deliberar sobre as propostas e contrapropostas patronais, bem como sobre as formas de mobilização da categoria e Deliberar sobre o eventual descumprimento dos instrumentos coletivos da categoria — foram votados e aprovados, ficando a Diretoria autorizada a negociar, conciliar e firmar acordos, convenções, ajuizar protesto judicial e Dissídio Coletivo de natureza econômica, contestar Dissídio Coletivo e interpor oposição. Não havendo ainda nenhuma contraproposta patronal deliberou a assembleia por permanecer em aberto, com a finalidade de apreciar a evolução das negociações e as eventuais contrapropostas apresentadas. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos desta convocação, permanecendo em aberto esta Assembleia Geral Extraordinária até sua reconvocação, sendo lavrada a presente Ata, que será assinada pelos Diretores do SEMAPI Paulo Roberto Pereira Rocha, João Ricardo Garcia Machado e João Gabriel Rosa dos Santos.....

*Paulo Roberto Pereira Rocha*  
*João Ricardo Garcia Machado*  
*João Gabriel Rosa dos Santos*